

## **ATA DA REUNIÃO DA MESA DE NEGOCIAÇÃO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2011**

Presentes: Maria Celina R. Silva (CGP-G), Patrícia Ferreira Pallota (CGP-G), Cássia Aparecida Gonçalves (CGP-G), Ana Rosa Maria Vicente (CGP-G), Maria Araci dos Santos (SINDSAUDE), Deodato Rodrigues Alves (Sind. Dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo), Maria Lucia Silva (Associação dos Auxiliares de Enfermagem e Servidores da Área da Saúde Pública e Autarquias Municipais de São Paulo), Lourdes Estevão de Araújo (SINDSEP), Fátima Camara (SINDSEP), Natalices Aleixo Santos (SINDSAUDE), Sandra C. Barbosa Corcioli (Associação Odontológica da Prefeitura de São Paulo), Regilene da Silva Longo (AMCAESP); Sinai Ferreira da Silva. Dando início à reunião foi lida a Ata do último encontro pela Sra. Cássia e justificada a ausência do Sr. Arlindo da Silva Lourenço. Vários presentes não receberam a ata por email sendo novamente estabelecido que enviassem uma confirmação por seu recebimento. O Sr. Deodato trouxe pauta específica para a reunião e estabeleceu a ordem de apresentação para os presentes. Pauta trazida pelos sindicatos: 1- PPD, 2- Etapas, 3- Avaliação da Portaria 1590, 4- Seminário Assédio Moral, 5- Municipalizados, 6- SAMU, 7- Pendências. A Sra. Cássia pediu a palavra trazendo orientações prometidas na reunião anterior, entregando uma tabela de orientação do pagamento do PPD para a Sra. Araci. A Sra. Patrícia trouxe alguns informes de orientação geral e discorreu sobre o tema "Etapas", explicando que as etapas pendentes dos anos 2005 e 2006 tiveram a autorização para empenho publicadas no D.O.C do dia 12 de Abril p.p. O pagamento será realizado em conta corrente do Banco do Brasil, não servindo conta poupança. Ela pediu ainda que as pessoas que não preencherem esses requisitos sejam orientadas a fornecer nome CPF, endereço, telefone para contato, para terem seus casos avaliados. Quando o CFO souber desta data, será passado um informe ao Sr. Deodato. A Sra. Araci pediu que as unidades fossem comunicadas, o que foi respondido pela Sra. Cássia que será providenciado, juntos às coordenadorias. Informou ainda que para as futuras campanhas o valor das etapas foi reajustado para R\$40,00. A Sra. Cássia iniciou a explicação sobre os questionamentos a respeito do PPD, sendo inquirida pela Sra. Fátima como ele vai ser pago, onde foi orientada sobre seus componentes. A começar pelo componente individual da avaliação de desempenho (base de 2009) e para abril (base de 2010). Ou seja, o primeiro trimestre será a base de 2009 e os trimestres seguintes, a partir de abril de 2010 até abril de 2011, será a base de 2010. Valores diferentes são possíveis porque dependem da avaliação individual de cada servidor. Muitos servidores não fizeram a avaliação e esse componente virá com valor zero, e ele representa 30% do valor do PPD. Explicou ainda sobre as regras: 30/50/20 - para todas as unidades sem contrato de gestão; 40/60 -para aquelas que estão sobre contrato de gestão. O componente das unidades será calculado sobre os atendimentos realizados no programa "Mãe Paulistana" e sobre o "Pacto da Saúde", e taxa de ocupação de leito para as unidades hospitalares. Nas unidades que não apresentam a utilização dos programas, será aplicada a média das unidades

da base territorial Supervisão de Saúde. Foi proposta uma apresentação mais específica pela Sra. Cássia para dirimir as dúvidas mais frequentes na próxima reunião. Ela ressaltou ainda que todos os componentes para o cálculo são parte integrante do Decreto. E que onde aparecerão grandes diferenças é no componente individual. Foi ainda trazido que na próxima sexta-feira, dia 29 de abril de 2011, todos receberão o PPD retroativo a Janeiro de 2011. A Sra. Patrícia pediu para que todos prestassem atenção que este mês será pago Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, e no próximo mês só será pago Maio, o que poderá suscitar dúvidas nos servidores e que as orientações deverão ser dadas de modo a esclarecer essa situação. Passamos então para o tema SAMU, onde a Sra. Lourdes relatou a existência de vários problemas além dos específicos com os motoristas. Ela relatou dificuldades com remoções, falta de horário para refeição e descanso nos plantões de 12 horas, operação delegada e sobre as motos, pedindo uma reunião específica para tratar dos diferentes assuntos. A Sra. Patrícia pediu que questões relativas ao SAMU fossem discutidas em próxima reunião com alguém da equipe técnica. Ela relatou ainda que no dia de hoje está ocorrendo uma reunião com o Coronel Wilke e os dirigentes da Associação dos motoristas para tratar da operação delegada, bombeiros e motoristas do SAMU. Passando ao próximo tópico, a Sra. Araci trouxe a avaliação da Portaria 1590, pedindo uma posição. A Sra. Patrícia respondeu que não existe previsão de data, foi apresentado um cronograma ao Secretário que está sendo avaliado, envolve critérios financeiros e orçamentários, portanto para este semestre não se apresenta previsão. A Sra. Araci replicou dizendo que nas unidades mistas está ocorrendo que quando da entrada das OS, os servidores são orientados a procurar outro lugar, gerando um clima de pressão e instabilidade, além das orientações prestadas a se colocarem todos os encaminhamentos no papel, o que não vem ocorrendo. A Sra. Patrícia repassou que a orientação passada pela Secretaria é de que as ações e movimentos de remoção dos funcionários devem ser sempre de natureza coletiva, nunca individual. A Sra. Natalice trouxe alguns casos para conhecimento da mesa e foi orientada pela Sra. Cássia sobre a regularidade e licitude da Administração em movimentar servidores, e que se há problema ele deve ser objetivado para que providências possam ser tomadas. A Sra. Lourdes trouxe o problema de uma unidade onde ninguém conseguiu ser promovido, o que no mínimo é preocupante. A Sra. Sandra perguntou se o funcionário pode solicitar uma remoção, onde foi respondida pela Sra. Cássia que sim, mas que isso não significa que poderá ser deferida. Reitera que é diretriz do CRH os processos processo coletivo para ocorrer à remoção. O Sr. Deodato sugeriu que fizéssemos um Seminário sobre Assédio Moral, numa ação conjunta da mesa com todos os interessados dando uma linha para a discussão. O caso ficou de ser levado à Diretora de CGP. Sem mais assuntos a tratar foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata.